

O JORNAL Engenheiro



Órgão de divulgação do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Piauí

EDIÇÃO: FEVEREIRO

Justiça suspende licitação da subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina



■ PÁGINA 04

Juiz Aderson Nogueira decidiu pela suspensão da licitação e da audiência pública sobre a subconcessão

Senge acusa governo de "enganar" União para manter repasse de verbas

O Governo do Estado fez uma consulta pública ao Ministério das Cidades para saber se a subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina a uma empresa privada poderão bloquear o envio de recursos para obras do órgão. O governo afirma em toda a peça que se trata de uma concessão não onerosa, modalidade que permite a manutenção das transferências de valores, entretanto, o presidente do Senge assegura que se trata de uma "enganação" porque o contrato da subconcessão de Teresina é oneroso, o que inviabiliza o repasse de recursos ministeriais para os contratos vigentes e novos contratos.

■ PÁGINA 05

Cinco contratos poderão parar por causa da subconcessão

Na carta consulta do governo, são listados os atuais contratos com o Ministério das Cidades que o governo tenta manter o repasse. Com a possibilidade de perda dos recursos, o governo aponta no documento alternativas para que os recursos não deixem de ser enviados ao estado, como transferindo as verbas para outras obras em outras cidades. Entre as obras, estão a ampliação do sistema de abastecimento de água e esgoto da capital, inclusive contemplando a macrobacia do Rio Parnaíba, além de projetos para novas obras nos dois setores.

■ PÁGINA 05

Diretoria Executiva 2014/2017

Presidente
Antonio Florentino de Souza Filho
Vice-Presidente
Francisco Luis Costa Sousa
Secretário Geral
Paulo Afonso Brandão Alexandrino
1º Secretário
Francisco Inácio Milanez
Tesoureiro Geral
Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior
1º Tesoureiro
Francisco Sobrinho Amorim de Araújo
Dir de Imprensa e Comunicação
Humberto Mandes Feitosa
Dir de Organização e Administração
Francisco Assis de Sousa Leal
Dir de Relações Intersindicais
Raimundo Nonato de Araújo
Dir de Medicina e Segurança do Trabalho
Paulo Araújo de Sampaio
Dir de Rel. Trabalhistas e Assuntos Jurídicos
Manoel Coelho Soares Filho
Dir de Negociação Coletiva
Marcos Antonio da Silva Costa
Dir de Ciência e Tecnologia
Antonio Galdêncio da Silva
Dir de Formação Política e Sindical
Emanuel Augusto Paulo Soares
Dir. de Mobilização e Representação Sindical
José Lopes de Oliveira Filho
Dir. de Meio Ambiente
Avelar Damasceno Amorim
1º Diretor Suplente
Francisco Rafael Ferreira Pereira
2º Diretor Suplente
Francisco das Chagas Alves
3º Diretor Suplente
Francisco Das Chagas Lagos Correia Filho
4º Diretor Suplente
Marcos Augusto Pires da Silva
5º Diretor Suplente
Jose Nelson Pinheiro
6º Diretor Suplente
José Faustino Lopes de Sousa
7º Diretor Suplente
Abelardo Cerqueira de Moura Bezerra
8º Diretor Suplente
Carlos Alberto Guimarães Alencar
9º Diretor Suplente
José Gramosa da Silva Sobrinho
10º Diretor Suplente
Martizete Ferreira Cavalcanti
11º Diretor Suplente
Danião Teixeira Mascarenhas de Andrade
12º Diretor Suplente
Osmar Amorim Leite
Diretor Regional de Corrente – Efetivo
José Pequeno Diogenes
Diretor Regional de Corrente – Suplente
Antonio Baltazar da Costa Vales
Diretor Regional de Florianópolis – Efetivo
Raimundo Nonato Santos Neto
Diretor Regional de Florianópolis – Suplente
Maria das Dores Barreto Tavares
Diretor Regional de Parnaíba – Efetivo
Antonio Correia Pires Rebelo
Diretor Regional de Parnaíba – Suplente
Humberto de Freitas Dutra
Diretor Regional de Picos – Efetivo
Francisco Carlos de Araújo Barros
Diretor Regional de Picos – Suplente
Carlos Luis Nunes de Barros
Conselho Fiscal – Efetivo
Mirocles José Veras Neves
Conselho Fiscal – Efetivo
Luiz Henrique Pereira Facchinetti
Conselho Fiscal – Efetivo
Luiz Lima de Sousa
Conselho Fiscal – Suplente
Antonio Francisco Militão Rufino
Conselho Fiscal – Suplente
Carlos Tadeu Guedes de Moraes
Conselho Fiscal – Suplente
Márcio Antonio Sousa da Rocha Freitas
Artetfinalista
Clayton Ferreira Neves

CAU/BR e Confea se reúnem para harmonizar as legislações de arquitetura e engenharia



Membros da engenharia e arquitetura discutiram legislações

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) realizaram no final de fevereiro uma reunião da Comissão Temática de Interconselhos. O objetivo era analisar e harmonizar as legislações da arquitetura e urbanismo e das engenharias, e solucionar conflitos e sombreamento nas atividades de cada profissão.

A reunião contou com dez participantes - cinco indicados por cada conselho -, além dos presidentes da CAU/BR, Haroldo Pinheiro, e da Confea, José Tadeu da Silva. Na ocasião, foram definidos um calendário e plano de trabalho, a partir de uma pauta feita com sugestões dos dois conselhos.

"Esse diálogo é importante para conciliar entendimentos sobre vários assuntos que afetam ambas as profissões. Apesar das diferenças de atribuições profissionais, engenheiros e arquitetos trabalham juntos no dia-a-dia com o propósito de construir edificações seguras e confortáveis para seus clientes. Da mesma forma, essa união dos conselhos profissionais deve ter como objetivo, acima de tudo, beneficiar a sociedade brasileira", afirmou o presidente do CAU/BR na ocasião.

A pauta ainda será complementada após um levantamento das demandas e sugestões dos CAU/UF e dos Crea. A próxima reunião, deve ocorrer nos dias 15 e 16 de março na sede do CAU/BR.

Uece abre inscrições para Especialização em Engenharia de Software

Estão abertas, até 12 de março 2016, as inscrições para a oitava turma do curso de Especialização em Engenharia de Software com Ênfase em Padrões de Software, promovido pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). A pós-graduação terá início em 28 de março. As aulas acontecerão semanalmente, as segundas e quartas-feiras, no período da noite, no Campus Itaperi.

O processo de inscrição é completamente online. Os interessados deverão preencher formulário de inscrição e enviar cópia digital de todos os

documentos solicitados.

O curso tem como objetivo fornecer uma visão sistêmica e atualizada da área de Engenharia de Software, enfocando o desenvolvimento de sistemas, através da discussão de aspectos conceituais, do estudo de metodologias e técnicas usadas neste desenvolvimento, da apresentação e discussão de normas e padrões de qualidade.

Os candidatos interessados em concorrer a uma das vagas podem buscar mais informações pelo email eesuece@gmail.com.

Tarifas da PPP na rodoviária de Teresina assustam permissionários



Permissionários reclamam do aumento exorbitante das tarifas anunciados após a parceria com a iniciativa privada

Os permissionários e os usuários do Terminal Rodoviário Governador Lucídio Portela reclamaram do reajuste nas taxas de embarque e no aluguel dos boxes que será realizado em maio deste ano, por causa da reforma do prédio. Em alguns casos, os valores de reajuste serão superiores a 600%.

A tabela com os novos preços foram divulgados pela Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico (Sinart), do estado da Bahia, que irá administrar os terminais de Teresina, Picos e Floriano em Parceria Público-Privada (PPP) com o Governo do Piauí.

Até o momento, os novos valores ficaram pré-determinados as taxas de embarque em: nas pequenas distâncias, a taxa passará de R\$1 para R\$1,20; nas grandes distâncias no Piauí, que também custa R\$ 1, passará a ser R\$ 2,20; já a taxa de embarque para fora do Piauí o valor será de R\$3,20. Os usuários reclamam da falta de informação. Para a enfermeira Rosimary Bandeira o aumento é abusivo. "A passagem já está cara e ainda aumentar a taxa de embarque vai ficar difícil viajar", lamentou.

Com relação ao valor do aluguel, os permissionários temem em fechar as portas por não conseguir

arcar com as despesas já que o reajuste será superior a 650%. Segundo o comerciante Antônio Gomes, o valor atualmente pago no aluguel do box é de R\$ 384, fora os valores gastos com condomínio, água e energia – que são pagos individualmente por cada permissionário. As novas taxas estão relacionadas ao metro quadrado ocupado pelos boxes que, no piso superior, o valor é de R\$ 85 e, no térreo, é R\$ 110.

"Nós vamos pagar R\$ 6.400 só de aluguel. Não vai ter como. Tem que fechar, e será todos nós, não apenas eu", disse o comerciante.

Governo

O secretário de Governo, Merlong Solano, informou que a empresa que administra a rodoviária informou que os permissionários não pagarão taxas abusivas. "A Sinart nos informou que está realizando um estudo de mercado para avaliar o preço justo pelo metro quadrado e recebemos a garantia de que os permissionários pagarão o valor mínimo em relação ao que é cobrado em estabelecimentos da região", afirmou secretário.

Fitch: modelo de PPPs no Brasil precisa melhorar para atrair investidor

A agência de classificação de risco Fitch afirmou que as parcerias público-privadas (PPPs) administradas por governos locais e regionais no Brasil precisam melhorar suas características estruturais, antes de atraírem investimentos dos operadores privados. Em nota, a agência diz que várias administrações não têm número de funcionários suficientes para se dedicar à estruturação, ao lançamento e ao monitoramento das

PPPs e que várias vezes não têm clareza sobre suas responsabilidades. Além disso, a Fitch diz que as turbulências econômicas do País também desaceleram o lançamento das PPPs, diante de problemas na receita dos governos.

A Fitch estima que 25 projetos de PPPs podem ser cancelados nos dois Estados mais ativos nessas iniciativas, São Paulo e Minas Gerais, ao longo dos próximos dois anos. Na visão da agência, as administrações deveriam

priorizar seu apoio aos projetos mais cruciais. No caso de iniciativas que exigem pagamentos da outra parte, algumas administrações têm de usar fundos de garantia para atrair investidores privados. "Porém esses fundos podem não mitigar totalmente os riscos políticos", diz a agência. Caso a administração deixar de pagar uma obrigação, essa dívida em geral vira um precatório, que gera um custo adicional para o balanço dos governos, lembra a agência.

Justiça suspende licitação para subconcessão dos serviços de água e esgoto

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Aderson Antônio Brito Nogueira, determinou a suspensão do processo de licitação de subconcessão dos serviços de água e esgoto a empresas privadas em Teresina. A decisão do último dia 18 também suspendeu a realização da audiência pública referente à licitação.

A decisão judicial foi uma resposta à ação civil pública com pedido de antecipação de tutela do Ministério Público Estadual. O Sindicato dos Engenheiros do Piauí (Senge) foi uma das entidades que provocou o MPE para ingressar com a ação, apresentando informações técnicas, leis estaduais, decisões do STF, entre outras normas voltadas para o saneamento básico que tornam o processo ilegal.

O juiz Aderson Nogueira deixou claro que a suspensão não ocorreu pela proibição do estado em

subconceder o serviço de abastecimento de água, mas por não considerar legítimo que apenas Teresina faça tal autorização ao estado, porque a capital pertence a uma microrregião e à Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, que envolve outras cidades.

"A prestação dos serviços públicos em determinadas microrregiões depende da anuência dos municípios integradores. A criação da microrregião de Teresina e da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina pelas referidas leis 142/2009 e 112/2001 tornam ilegítima a prerrogativa do município de Teresina em autorizar, unilateralmente, o estado do Piauí a efetuar a subconcessão dos serviços de abastecimento de água", pontuou o magistrado.

O presidente do Senge, Antonio

Florentino Filho, elogiou a justiça piauiense que observou os vícios do processo de subconcessão e ainda lembrou que, caso seja implantado, o modelo de parceria pública privada pretendido pelo estado no saneamento causará enormes prejuízos à população piauiense.

«Não é só ilegal o que estão fazendo. Vão acabar com o saneamento das cidades. A saída de Teresina do sistema estadual representa uma queda de quase 50% da receita atual. Como o estado vai administrar sem uma grande receita e com municípios deficitários de arrecadação? O estado não tem recursos para administrar e, com a subconcessão, a União estará impedida de transferir recursos para investimentos para Teresina, ou seja, tudo que for investido será retirado da cobrança da tarifa. Os valores vão aumentar absurdamente e graves problemas vão surgir», lamentou.

Investimentos no saneamento virão das tarifas com reajustes anuais

Os representantes do governo tem demonstrado na imprensa que a possibilidade de proibição dos investimentos federais não irá afetar os investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Teresina, visto que a empresa que assumir o setor o fará com recursos próprios.

Entretanto, o contrato da subconcessão prevê que as tarifas sofrerão reajuste anuais, sempre no dia 28 de junho, distinguindo o reajuste dos custos não administráveis (energia elétrica, produtos químicos, tributos e encargos em geral) que serão baseados na variação integral do

preço dos recursos, do reajuste do restante da tarifa, que será baseada na variação do IPCA/IBGE, ou de outro conjunto de índices que melhor reflita a variação dos preços individuais, a ser proposto pela entidade reguladora e aceito pelas partes.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros, Antonio Florentino Filho, afirma que as experiências de parcerias público privada em outras cidades brasileiras fracassaram porque as empresas não conseguiram manter o sistema funcionando, ou porque as tarifas tiveram que sofrer reajustes abusivos que a população carente não pode pagar.

Para o engenheiro, o segundo quadro é o que deve acontecer em Teresina: as tarifas sofrerão grandes reajustes e a população mais carente não terá condições de pagar. "Esse modelo de subconcessão que o estado quer implantar em Teresina já fracassou em diversas cidades brasileiras. Como não haverá investimento público, tudo virá da cobrança de tarifas, o que aumentará os valores e muita gente não poderá pagar. A empresa só terá essa alternativa para investir", alertou.

Após anúncio do Senge, o estado confirmou que a tarifa de esgoto sofrerá reajustes para que até 2018 o valor cobrado seja o dobro do atual.

Estado tenta “enganar” União em consulta sobre PPP do saneamento

O governador Wellington Dias (PT) encaminhou em janeiro uma carta consulta ao Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, para saber se o órgão federal vai manter a transferência de recursos para obras de saneamento básico em Teresina após a celebração do convênio de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com uma empresa privada.

A iniciativa do governo ocorreu após o Sindicato dos Engenheiros do Piauí (Senge) denunciar que as verbas federais em contratos vigentes serão bloqueadas após a subconcessão, e que o estado será impedido de receber novos investimentos federais.

Entretanto, o governo argumenta na carta consulta que a concessão à iniciativa privada será na modalidade não onerosa, ou seja,

a empresa que assumirá os serviços não fará transferências de valores para o ente concessor. Mas, o presidente do Senge, Antonio Florentino, afirma que se trata de uma enganação para tentar obter uma resposta favorável do ministério quanto à manutenção das

transferências nos contratos vigentes com o estado.

"O Estado está tentando enganar o ministro das cidades, Gilberto Kassab, na carta consulta sobre a manutenção das transferências de recursos federais.

CLÁUSULA DEZ – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO SETOR

10.1. A CONTRATADA deverá pagar ao ESTADO, com a anuência expressa da AGESPISA, a quantia líquida e certa de R\$ [●] ([●] reais), referente à CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO SETOR, da seguinte forma:

- a) o valor mínimo de R\$ 88.030.000 (oitenta e oito milhões e trinta mil reais), até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO; e
- b) o restante de R\$ [●] ([●] reais) até 12 (doze) meses após a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

10.1.1 Durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL, o ESTADO deverá indicar a CONTA VINCULADA DO ESTADO, criada especificamente para recebimento do pagamento da CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO SETOR pela CONTRATADA.

Cinco contratos vigentes estão ameaçados de parar em Teresina

Na carta consulta, o Governo do Estado menciona cinco contratos vigentes do Ministério das Cidades que podem ter seus recursos bloqueados e aponta alternativas, caso o órgão federal decida proibir a manutenção dos repasses após a PPP. Abaixo seguem as alternativas propostas pelo governo em dois destes contratos.

1. Contrato de Repasse nº 2287214

Esgotamento Sanitário

Valor: R\$ 40 milhões
Empreendimento: Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Teresina, zona sul, rede coletora,

estações elevatórias, emissários e ETE.

Proposta 1 - Manter o fluxo de repasse do contrato, conforme cronograma no contrato, até a conclusão das etapas previstas porquanto caberá à concessionária finalizar a obra e garantir a funcionalidade da mesma.

Proposta 2 - Na impossibilidade de manter o fluxo de repasse da forma proposta no item 1, solicita-se o remanejamento do saldo para outras ações que deverão ser executadas pelo Instituto de Águas em outros municípios operados pelo Estado.

2. Contrato de Repasse nº

22428892

Abastecimento de Água

Valor: R\$ 29.120.000,00
Empreendimento: Ampliação do sistema de abastecimento de água de Teresina

Proposta: Do total do valor contratado foi executada a quantia de R\$ 27.553.344,00, sendo que o valor de R\$ 18.821.413,56 está sem funcionalidade.

Assim, propomos manter a obra pelo Estado até que o sistema tenha funcionalidade, aplicando o recurso restante na parte já executada e que não foi finalizada, para que haja funcionalidade.

Cartão do Associado



A partir deste mês de dezembro de 2013, os associados do Sindicato dos Engenheiros do Piauí têm à sua disposição o Cartão do Associado com benefícios e descontos especiais em uma rede de estabelecimentos em Teresina, Parnaíba e Luís Correia.

Os descontos chegam a 40% em serviços e produtos de diversas empresas, como Clínicas, Pousada, Ótica, Academia, Escola de Informática, Casa de Construção e Mecânica.

O Cartão Associado é uma iniciativa do Sindicato dos Engenheiros do Piauí para proporcionar mais benefícios aos engenheiros filiados.

Relação de empresas conveniadas



Rio Poty Hotel Praia
Especialidade: Hotelaria
Desconto de 10 a 20%
Endereço: Av. José de Freitas, 3650, Praia de Atalaia, Luís Correia, Telefone: (86) 3367-1927 / 3367-1929



S.O.S Educação Profissional
Especialidade: Escola
Descontos de 5 a 40%
Endereço: Avenida Frei Serafim, 2053 - Centro Teresina - PI - Telefone: (86) 3216-4300



Academia Demóstenes Ribeiro
Especialidade: Academia de ginástica
Desconto de 15 a 25%
Endereço: Av. Campos Sales, 1245, Centro, Teresina/PI - Telefone: (86) 3221-0887



Serralheria N. S. de Lourdes
Especialidade: Serralheria e Metalúrgica
Descontos de 10%
Endereço: Quadra F, casa 05 - BR 316, bairro Parque Piauí - Teresina/PI - Telefone: (86) 3227-3238



Vidraça - Vidros de Segurança
Especialidade: vidraria
Desconto de 10%
Endereço: Av. Maria Antonieta Bulamarque, 4928, bairro Pícarreira - Teresina/PI - Telefone: (86) 3222-2533



Casa do Construtor
Especialidade: aluguel de equipamentos para construção civil
Descontos de 5%
Endereço: Rua Rui Barbosa, 1645, bairro Pirajá Teresina - PI Telefone: (86) 3213-2527



Parque de Vaquejada Portal da Amazônia
Especialidade: clube de lazer e hotelaria
Descontos de 20%
Endereço: Rua Rui Barbosa, 146, sala 207, bairro Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 3215-8807



Sorridents
Especialidade: Clínica Odontológica
Descontos de 10% a 30%
Endereço: Rua Barroso, 74, Centro
Telefone: 86-3303-2728 / 3303-2761



LVS - Refrigeração Automotiva
Especialidade: Automotivo
Descontos de 10%
Endereço: Rua Desembargador Pires de Castro, 443 - Centro / Norte
Telefone: 86-3221-6204



Salão Social
Especialidade: Salão de beleza
Descontos de 10%
Endereço: Rua Dr. Arêa Leão, 291 Centro - Sul - Telefone: 86-3223-8022
Preços especiais:
Masculino - R\$ 15,00 (lavagem e secagem)
Masculino - R\$ 20,00 (lavagem e secagem)



Relação de Empresas Conveniadas



UNIMED
Especialidade: Plano de Saúde
Taxas especiais para os associados
Endereço: Rua São João, 1262
bairro Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 2107-8000



Assessoria Jurídica trabalhista Dr. Vilmar Borges
Especialidade: Assessoria jurídica trabalhista **GRATUITA**
Endereço: Rua São João, 1262
bairro Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 2107-8000



Ótica Aótica
Especialidade: Ótica
Desconto de 30%
Endereço: Rua Coelho Rodrigues, 2074 -
bairro Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 3303-9282



Ótica Jockey
Especialidade: Ótica
Desconto de 10 a 20%
Endereço: Rua Miosotis, 1.091 Sala 03, bairro Joquei
Teresina/PI - Telefone: (86) 3235-9621



Óticas Pax União
Especialidade: Ótica
Descontos de 20%
Endereço: Rua Rui Barbosa, 146, sala 202, bairro
Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 3302-3559



Ótica Diniz
Especialidade: Ótica
Desconto de 15 a 30%
Endereço: Rua Senador Teodoro Pacheco, 1102,
bairro Centro - Teresina/PI - Telefone: (86) 3216-7302



Emagrecimento - Centro Especializado em Emagrecimento e Estética
Especialidade: Clínica de emagrecimento
Desconto de 15%
Endereço: Rua Benjamin Constant, 2232, bairro
Centro, Teresina/PI - Telefone: (86) 3221-4673



MagraSS - seu melhor presente
Especialidade: Clínica de emagrecimento
Desconto especial
Endereço: Rua Visconde da Parnaíba, 1937,
bairro Ininga - Teresina/PI - Telefone: (86) 3232-4722



Tráfico de Modas
Especialidade: Loja de roupas
Desconto de 10 a 15%
Endereço: Rua Areolino de abreu, 1480, bairro
Centro/N - Teresina/PI - Telefone: (86) 3221-8388



Clínica Bem Cuidar
Especialidade: Clínica
Desconto de até 60%
Endereço: Rua Álvaro Mendes, 2003, bairro Centro
Teresina/PI - Telefone: (86) 3227-2427



Implak Exibidora Ltda
Especialidade: Exibidora de anúncios
Desconto de 20%
Endereço: Rua Magalhães Filho, 2075,
bairro Marquês, Teresina/PI - Telefone: (86) 3222-8958



Arpanet Tecnologia em Informação - Ltda
Especialidade: Tecnologia em informação
Desconto de 10%
Endereço: Av. Campos Sales, 1268, bairro Centro/N
Teresina/PI - Telefone: (86) 3211-7008



Dra. Verônica Hidd de Godoy e Vasconcelos
Especialidade: clínica geral, prótese, implantodontia,
clareamento e periodontia
Desconto de 10 %
Endereço: Rua 1º de maio, 137, bairro Centro
/Norte - Teresina/PI - Telefone: 3222-2869



Dra. Lianna Rocha
Especialidade: Periodontia e prótese
Dr. Alex Sérgio
Especialidade: Implantodontia e cirurgia
Espaço Sorriso
Desconto de 10 a 25%
Endereço: Av. Elias João Tajra, 1720, bairro
Jockey - Teresina/PI - Telefone: (86) 3087-2220



Dra. Beatriz Assen Carvalho
Especialidade: Cirurgião-Dentista
Desconto de 10 a 25%
Endereço: Rua Paissandú, 2140, s. 24 - Ed. Procardiaco,
bairro Centro, Teresina/PI - Telefone: (86) 3223-9921



Dra. Perinle Maria Santos Lima
Especialidade: Ortodontia
Desconto de 15%
Endereço: Rua Desemb. Pires de Castro, 850,
Centro - Teresina - PI - Telefone: (86) 3221-1052



Hiper Noivas
Especialidade: Aluguel de roupas para festas
Desconto especial
Endereço: Rua Félix Pacheco, 1780, bairro Centro,
Teresina/PI - Telefone: (86) 3221-3960



Posto Auto Lavagem STOP CAR
Especialidade: Lavagem de automóvel
Desconto de 20%
Endereço: Av. Alameda Parnaíba, 336,
bairro Matinha - Teresina/PI - Telefone: 8825-9122



Esteticar - Centro de Estética Automotiva
Especialidade: Estética de automóvel
Desconto de 10 %
Endereço: Rua Alcides Freitas, 1874, bairro Marquês
Teresina/PI - Telefone: (86) 9994-0707/9404-3360



Leo Car
Especialidade: Lanternagem e pintura de automóvel
Desconto de 20 a 25%
Endereço: Rua Gabriel Ferreira, 3081, bairro
Macaúba, Teresina/PI - Telefone: (86) 3305-0588



Silcar Gráfica & Editora
Especialidade: gráfica e editora
Desconto de 10%
Endereço: Rua Riachuelo, 134, bairro Centro/Sul -
Teresina/PI - Telefone: (86) 3222-2533



Mecânica Na Hora
Especialidade: Mecânica de automóveis
Desconto de 10 a 15%
Endereço: Rua 13 de maio, 988, bairro Centro/N -
Teresina/PI - Telefone: (86) 3222-0484



Pax União - amiga nas horas difíceis
Especialidade: Funerária
Desconto especial
Endereço: Av. Miguel Rosa, 3405, bairro Centro
Teresina/PI - Telefone: (86) 3222-3880



Jardim da Ressurreição - Cemitério/Parque
Especialidade: Cemitério-parque
Desconto de 5%
Endereço: Rua Mirtes Melão, s/n, Alto da Ressurreição
Teresina/PI - Telefone: (86) 3221-9631

Um passo pelo desenvolvimento

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Em meio a esse tumultuado início de 2016, o Brasil teve uma boa notícia em 11 de janeiro último, quando foi sancionado o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243 – <http://goo.gl/1dmFE6>). O marco legal, que foi proposto por vários deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e aprovado em plenário no ano passado, é um incentivo a esse setor que, com ou sem crise, é fundamental ao desenvolvimento nacional.

Entre os principais pontos da lei, está o incentivo à pesquisa; a isenção e a redução de impostos para importação de insumos nas empresas do setor; a simplificação de processos licitatórios; e a ampliação do tempo máximo

que os professores universitários poderão se dedicar a projetos de pesquisa e extensão. Em princípio, as novas regras devem propiciar cooperação mais efetiva entre a academia, as instituições públicas de pesquisa e as empresas, o que é uma demanda urgente do País. Pois é preciso produzir o conhecimento, mas também transformá-lo em geração de riqueza e bem-estar à população.

Para os engenheiros que, engajados ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.org.br), vêm, desde 2006, afirmando a necessidade de que se coloque o desenvolvimento de C, T & I entre as prioridades nacionais, a novidade é certamente alvissareira. O tema foi tratado na publicação mais recente do projeto, intitulada “Novos desafios”, em que se apontava precisamente a necessidade de se elimi-

nar entraves jurídicos nesse campo. Conforme mostra o documento, “inovação é um território complexo, que envolve incertezas, riscos e custos elevados”. Portanto, “cabe às políticas públicas bem concebidas e executadas a mitigação desses constrangimentos, dando suporte aos projetos inovadores das empresas e facilitando suas relações com as instituições de ciência e tecnologia”.

Juntamente com o aprimoramento das regras do setor, defende o “Cresce Brasil – Novos desafios”, é preciso ampliar o investimento público e privado em C, T & I, chegando-se a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para que o avanço seja concreto. Reivindica-se também a ampliação e o aprimoramento de bolsas de estudos como as do programa “Ciência sem fronteiras”, visando a melhoria da formação dos nossos estudantes, sobretudo nas áreas tecnológicas.

Por fim, a medida também deve ser saudada por acenar para um rumo que busca tirar o Brasil da situação econômica grave em que se encontra, destoando das chamadas medidas “de ajuste”, que só tendem a piorar as condições de vida do povo. Quicá o novo marco legal, juntamente com a não elevação da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em 20 de janeiro, seja o prenúncio da mudança de rota que almejamos para que haja uma retomada do desenvolvimento do País.

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)

